

Arquitetura do poder no  
Maranhão: O Prédio do 24º  
Batalhão de caçadores, ícone  
do Art déco na “Era Vargas”  
em São Luís

Architecture of power in  
Maranhão: The Building of the  
24th Battalion of hunters, an  
icon of Art Deco during the  
“Vargas Era” in São Luís

Grete Soares Pflueger<sup>1</sup>



**Resumo:** Poder e arquitetura sempre estiveram conectados. As construções do século XX expressam os ideários vigentes. Foucault em seus estudos sobre projetos de hospitais, presídios e instituições militares demonstrou as intrínsecas relações entre os dois campos disciplinares. No Maranhão, a Era Vargas, representou um período autoritário de renovações urbanas para capital, mesmo com a economia do Estado decadente. Em 1936, o urbanista Jose Octacílio de Saboia Ribeiro foi Prefeito de São Luís, capital do Estado, atendendo ao convite do interventor Paulo Ramos e sua gestão tinha por objetivo promover a renovação do Maranhão transformando a velha capital maranhense de perfil colonial em uma cidade moderna. O plano urbano causou muitas polêmicas e resistências, e as ideias de renovação só foram executadas pelo sucessor do prefeito, Pedro Neiva de Santana, que promoveu a demolição do casario colonial para abertura de novas avenidas e construção de novos prédios institucionais. Essas obras, marcos do modernismo na capital, culminaram com a abertura da avenida Getúlio Vargas e a construção do prédio do 24º batalhão caçadores, obras representativas da arquitetura do poder do Maranhão. Este artigo busca refletir sobre a arquitetura do poder no Maranhão tomando como referência o prédio do 24 BC.. **Palavras-chave:** Urbanismo; Renovação urbana; Arquitetura do poder; Arquitetura moderna; Art déco.

**Abstract:** Power and architecture have always been connected. The twentieth century buildings express current ideas. Foucault in his studies on projects for hospitals, prisons and military institutions demonstrated the intrinsic relationships between the two disciplinary fields. In Maranhão, the Vargas Era, represented an authoritarian period of urban renewal for capital, even within the economy of the decadent state. In 1936, the urban planner Jose Octacílio de Saboia Ribeiro was Mayor of São Luís, capital of the State, at the invitation of the interventionist Paulo Ramos and his administration aimed



to promote the renovation of Maranhão transforming the old colonial capital of Maranhão into a modern city. The urban plan caused a lot of controversy and resistance, and the renovation ideas were only carried out by the mayor's successor, Pedro Neiva de Santana, who promoted the demolition of the colonial houses to open new avenues and build (raise) new institutional buildings. These works, landmarks of modernism in the capital, culminated (peaked) with the opening of Avenida Getúlio Vargas and the construction of the building of the 24th battalion of hunters, representative works of the architecture of the power of Maranhão. This article seeks to reflect on the architecture of power in Maranhão taking as a reference the 24 BC building. **Keywords:** Urbanism; Urban renewal; Power architecture; Modern architecture; Art deco.

Grete Soares Pflueger  
Arquitetura do poder no Maranhão:  
O Prédio do 24º Batalhão de caçadores,  
ícone do Art déco na "Era Vargas" em São Luís



## Arquitetura do poder: o art déco institucional, na era Vargas em São Luís – Maranhão

Não existe algo unitário que se chama poder, mas formas dispares heterogêneas e em constante transformação, o poder não é um objeto natural, uma coisa, é uma prática social e como tal constituída historicamente, nos explica Machado (1999) no prefácio do livro “*a microfísica do poder*” de Foucault (1999). De fato, falar sobre poder e arquitetura nos remete a Foucault, que sempre trabalhou a perspectiva de entendimento entre dominação e o ordenamento do espaço, no entendimento das relações entre o poder e arquitetura ao longo da história humana, considerando que a arquitetura é uma linguagem do poder, e que ambos sempre estiveram vinculados. A arquitetura materializou as ideias e desejos das grandes e pequenas civilizações, dos governos e das instituições, desde as cavernas até a modernidade. Em seus estudos sobre hospitais, prisões. Para Foucault (1999) a arquitetura como a arte de construir correspondia à necessidade de manifestar o poder, a divindade e a força de um deus, mas no final do século XVIII outras questões aparecerem, tratava-se, então, de organizar o espaço para alcançar objetivos políticos e econômicos. A história dos espaços e a história dos poderes estavam interligadas as estratégias da geopolíticas, às questões da habitação e da arquitetura institucional. O espaço demorou muito tempo para ser considerado e cuidadosamente estudado como objeto de poder.

No capítulo “o olho do poder”, Foucault (1999) explica que ao estudar os projetos arquitetônicos elaborados para os hospitais franceses no século XVIII, ele observou como era resolvido a visibilidade dos corpos e dos indivíduos e das coisas para um olhar centralizado e que no caso dos hospitais havia a preocupação com o controle e a vigilância, mas havia a questão do contágio e da higiene a ser enfrentada. Já no caso das prisões do século XIX, ele encontrava na maioria dos projetos o princípio do “panóptico”, um anel no centro, uma torre de vigilância com janelas, muito antes de Bentham formular e batizar o conceito. Foucault explica também que nas instituições militares, como a escola militar de Paris em 1751, os dormitórios já utilizavam o modelo da visibilidade volante. As escolas militares usavam os princípios da existência de um corpo central para vigilância, antes mesmo de Bentham. Sempre com a existência de um ponto central, local do exercício do poder, do controle e ao mesmo local de registro do saber. De acordo com Foucault (1999 p .211) foi o filósofo e jurista Jeremy Bentham que sistematizou o conceito do Panóptico em 1785, para designar uma penitenciária ideal, que permitia a um único vigilante



observar todos os prisioneiros, sem que estes pudessem saber se estavam ou não sendo observados.

Bentham não imaginou simplesmente uma figura arquitetural, destinada a resolver um problema específico, como o da prisão, o da escola ou de hospitais, ele descobriu uma tecnologia de poder próprio para resolver os problemas de vigilância (Foucault, 1999, pág. 211)

A finalidade do panoptico era a observação total, o controle total por parte do poder disciplinador da vida de indivíduos. Era a vigilância em tempo integral, sem conhecimento dos vigiados. Conceitos que forma apropriados pela arquitetura do poder que se disseminou no Brasil na Era Vargas .

Segre (2013) em seu livro sobre o prédio do MEC, do Rio de Janeiro explica que a etapa autoritária do Estado Novo, de 1937 até 1945 trazia influências do fascismo e de grupos religiosos conservadores. A influência destes grupos se manifestou favorável, segundo Segre (2013) na construção do Corcovado, ícone art déco representante destas vertentes. Naqueles anos, segundo Segre (2013), as diferentes tendências políticas no Brasil, não assumiam posições estéticas em relação a arquitetura, mas de certa forma a adoção de linguagens do art déco e do moderno para construção de edifícios icônicos nas diferentes capitais brasileiras acabou por consolidar aquele sentimento que vinha crescendo na Europa entre guerras do caráter, do vigor, e do individualismo e a arquitetura clássica e monumental refletia essas estas ideias.

Na visão de Segawa (1999) o mais ambicioso projeto nacional de normatização arquitetônica oficial foi a do departamento dos correios e telégrafos que contatou vários arquitetos e construiu mais de 140 sedes dos correios em todas as capitais brasileiras, fornecendo –lhes um programa funcional para edifícios estrategicamente localizados na malha urbana, em lotes de esquina. Neste contexto, foi projetada pelo arquiteto Rafael Galvão, a sede dos correios de São Luís, construída em 1932.

A arquitetura moderna chegou ao Maranhão, na década de 1930, estimulada pelas renovações urbanas da “Era Vargas” (1937-45) e pela construção das sedes de edifícios públicos institucionais nacionais com projetos de arquitetos de outro estado. A nova linguagem da arquitetura moderna, de linhas geométricas, trazia influências do racionalismo europeu, do cubismo, e do movimento art déco, com projetos em lajes de concreto, em linhas horizontais e verticais. Em



São Luís destacamos a sede dos correios (fig.1) e o Palácio do Comercio (fig.2), edificação conhecida como hotel central.

**Figura 1** - Sede dos Correios em São Luis -MA



**Fonte:** acervo pesquisa UEMA Fapema.

**Figura 2** - Palácio do Comércio, atual Hotel central



**Fonte:** acervo pesquisa UEMA Fapema.

Grete Soares Pflueger  
Arquitetura do poder no Maranhão:  
O Prédio do 24º Batalhão de caçadores,  
ícone do Art déco na “Era Vargas” em São Luís

O governo de Getúlio Vargas flertou com outros estilos além da modernidade de vanguarda, do Art Déco e da arquitetura classicizante de inspiração fascista que foram usadas em obras públicas. De certo modo, a postura do governo Vargas com relação às vertentes arquitetônicas não teve uma direção clara. Balançava-se entre a modernidade de vanguarda e o Art Déco.

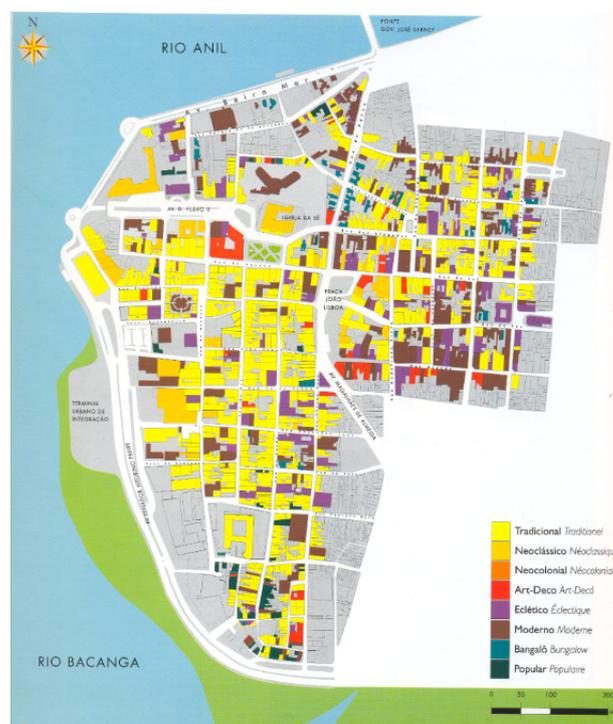
De fato, a linguagem do Art Déco, foi muito comum na década de 1930 no Brasil, sendo utilizada em cinemas, teatros e sedes de emissoras de rádio. Segawa (1999) explica que os correios construíram em todo país, várias sedes



utilizando as influências do art déco. Muitos desses edifícios existem até hoje e fazem parte da paisagem urbana de várias cidades brasileiras, essa linguagem inspirou também a arquitetura monumental do Estado Novo. Essa arquitetura ganhou força na virada da década de 1930 para a de 1940 e acompanhava a tendência que se acentuava na Europa de crescente inquietação política, com a ascensão do nazismo e do fascismo.

Em São Luís, a abertura da Avenida Getúlio Vargas, em 1940, foi um marco do urbanismo moderno do Maranhão. A avenida foi um prolongamento da Rua Grande, eixo estruturador do urbanismo colonial, e possibilitou o crescimento urbano do centro para dentro. As linguagens arquitetônicas utilizadas nas novas construções articularam-se com as tendências modernas, estabelecendo a transição do neocolonial e eclético para o art déco e moderno. Bangalôs, chalés, edifícios residências e comerciais escolas quartéis, são exemplos dos diferentes usos ao longo da Avenida.

**Figura 3** - Mapa do centro de São Luís com indicação das tipologias arquitetônicas. Destaque em vermelho os edifícios art déco



Fonte: Andrés (1998).



Figura 4 - Rua do giz, São Luís – Ma



Fonte: Pflueger (2017).

## Maranhão na virada do século XX: dimensão econômica e industrialização

De acordo com Prado Junior (1987), foi entre 1770 e 1808 que ocorreu o período de apogeu da colônia portuguesa no Brasil, resultante do desenvolvimento econômico decorrente do renascimento da agricultura, especialmente pelo cultivo do algodão, arroz, açúcar, anil e café. Dentre as várias culturas, o algodão era exportado em pequenas quantidades e, na falta da moeda cunhada em Portugal os novelos de fio ou rolos de pano eram utilizados como valores monetários ou moeda para pagamento de dívidas. Segundo Prado Junior (1987, p. 81), “É somente quando se torna mercadoria de grande importância que começa a aparecer, tornando-se uma das principais riquezas da colônia”. A cultura do algodão se disseminaria em todo território da América portuguesa até o declínio do preço no século XIX e o aumento da produção norte americana.

Toda essa atividade agrícola era baseada na força do trabalho escravo que impulsionava a elite aristocrata de barões emergentes que teve destaque no

Grete Soares Pflueger  
Arquitetura do poder no Maranhão:  
O Prédio do 24º Batalhão de caçadores,  
ícone do Art déco na “Era Vargas” em São Luís



cenário político e social da corte portuguesa, instalada em cidades dotadas de todas as urbanidades com elementos arquitetônicos que traduziam os requintes europeus. Neste modelo agrário-exportador, a economia colonial brasileira teria sido organizada em grandes latifúndios, de modo a exportar matérias-primas a baixo preço e transferir riqueza para a Metrópole. Como resultado, o mercado interno seria mínimo e a sociedade, escravista.

Em contraponto ao latifúndio, Caldeira (1999) acrescenta à historiografia colonial um novo olhar sobre essa sociedade trazendo a figura do empreendedor para o centro das discussões. Esta figura ligada à produção independente e à pequena propriedade gerou uma economia dinâmica e paralela à figura do latifúndio agrário-exportador. A mistura de relações pessoais com trocas de mercadorias criou no Brasil a figura daquele que queria enriquecer, não tinha dinheiro, mas tinha capacidade de organizar a produção e expandir o mercado: trata-se da figura do empreendedor. Eles eram os migrantes portugueses, índios livres, escravos libertos e filhos miscigenados que compunham o grupo que, em todos os setores da economia, corria riscos, mas ganhava na forma de lucros. Numa sociedade onde poucos homens livres tinham escravos (apenas 9% deles eram proprietários, no início do século XIX, formavam a maioria da população (62% do total), o empreendedor organizava o trabalho e buscava enriquecer.

Essa visão nos ajuda a compreender melhor a dinâmica econômica da colônia em seu apogeu e declínio, compreendendo também quem era a classe dominante que ergueu e abandonou cidades no Brasil em nome das dinâmicas mercantis, das redes e dos ciclos econômicos. Essa classe dominante era chamada de burguesia comercial, ou pequenos empreendedores que à margem dos políticos e representantes da Coroa movimentavam a economia local com pequenos comércios e negócios, inclusive o de escravos, formando uma rede de trocas informais que produzia uma economia dinâmica interna. Do ponto de vista econômico, Caldeira (1999) afirma que o tráfico era uma operação que exigia uma base de capital e investimento em transporte marítimo.

Neste contexto, a economia do Estado do Maranhão foi profundamente alterada pela criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, fundada em 1755 pelo Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo poderoso ministro do Rei. A Companhia detinha o monopólio do algodão e fornecia crédito, escravos e ferramentas aos lavradores, estimulando o cultivo do produto. Esta companhia monopolista impediu que surgisse, no caso do Maranhão, a figura do pequeno empreendedor, mencionado por Caldeira (1999). Todo o apogeu econômico deu impulso à estruturação das vilas e cidades em



todo o Estado do Maranhão.

São Luís foi uma das principais expressões urbanas da colônia e a quarta cidade em importância do País. Este período de franco progresso traduziu-se, de acordo com Meireles, (2001) no enriquecimento material e no aprimoramento intelectual da sociedade que culminou no surgimento de uma elite latifundiária e de uma nobreza rural que conferiu à província uma posição de primeiro plano no cenário nacional. O economista maranhense Bandeira Tribuzi (1981) em seus estudos sobre a formação econômica do Estado afirma que o Maranhão só teve expressão no contexto colonial português com a Companhia de Comércio Grão-Pará Maranhão contingenciada pela expansão das terras e aumento do número de escravos e pela ênfase ao cultivo do algodão, a pecuária e exportação de couros. Tribuzi (1981) ressalta que neste “boom” econômico colonial estava implícita a razão das raízes da ruína econômica do Estado, pois o crescimento se fazia de fora para fora, era dirigido pela Companhia Grão Pará e visava criar excedentes para o Reino de Portugal e o sistema escravagista impedia o surgimento de um mercado interno significativo. Explorada da metrópole, a economia maranhense que se expandiu em 1756 à abertura dos portos (1808), sofreu os danos infligidos às economias periféricas pelo imperialismo da fase mercantil, inclusive a elevada vulnerabilidade em nível de preços e mercados para sua produção tendente à monocultura. A reação contra o monopólio da Companhia de Comércio foi intensa, levando-a a extinção em 1777. O comércio passou então, a exportar direto para a metrópole. Raimundo Gaioso (1970), que publicou seu compêndio da lavoura em 1818, já ressaltava que vários entraves prejudicaram a lavoura no Maranhão: a falta de terrenos e a falta de braços. Esses entraves, foram a razão da decadência do Estado e motivo da perda da sua antiga opulência.

Pesquisadores como Gaioso (1970) e Tribuzi (1981) em seus escritos são unânimes em afirmar que estavam nas bases frágeis da prosperidade do Estado do Maranhão as razões de sua ruína e decadência econômica, além das fragilidades houve também a construção do discurso oficial sobre a decadência da lavoura, repetido e reforçado pelos relatórios dos governantes e pelos historiadores.

Não houve, portanto, na cultura do algodão, o cuidado de criar uma racionalização e diversificação da produção agrícola para manter o equilíbrio econômico interno no Estado. Acrescente-se a isso as mudanças de mercados, pois ao iniciar a produção de algodão em grande escala nos Estados Unidos da América, o produto passou a ser a principal matéria-prima do mercado mundial



e os preços reduziram-se a terça parte, tornando a rentabilidade nula no Brasil. Desta forma, o algodão brasileiro encerrou sua curta trajetória e o Maranhão, um dos principais produtores atravessou grandes dificuldades.

O ciclo tardio da cana de açúcar no Maranhão foi uma nova tentativa econômica pela qual a aristocracia rural, lutou em 1846 em favor da recuperação da lavoura. Com melhoria técnica dos meios de transporte, os engenhos se multiplicaram no interior do estado. Em 1860 havia 410 engenhos movidos a vapor hidráulico e a produção maranhense, em 1882, era de 16.000 toneladas. Mas, tal qual o algodão, a produção de açúcar perdeu o mercado internacional entrando novamente o Estado do Maranhão em recessão. Entre 1890 a 1930 chegaram ao Brasil cerca de 3, 5 milhões de imigrantes em busca de oportunidades de trabalho e no Maranhão, consta no Dicionário Histórico e Geográfico de Cesar Marques (2008) um verbete sobre as tentativas de implantação de colônias agrícolas estrangeiras.

Marques (2008) afirma que além da presença portuguesa houve iniciativas como as do inglês Guilherme Welstood, em 1817, de buscar famílias de artífices e de trabalhadores rurais na Inglaterra e Irlanda, para que juntamente com as máquinas mostrassem o método de incremento à agricultura local. Esta colônia instalada às margens do rio Pindaré não logrou êxito. Ainda segundo Marques (2008) entre os anos de 1853 a 1856 foram importados 887 colonos, sendo 847 portugueses e 40 chineses, com destino a colônias no interior do Maranhão, de todas estas colônias apenas uma, a Santa Isabel prosperou. As demais colônias desapareceram por razões diversas, os colonos ficaram doentes, morreram com as epidemias ou abandonaram o trabalho levando-as a extinção. O historiador Marques conclui que o Estado não era atrativo para os imigrantes devido ao calor :

*[...] província não conseguiu atrair a imigração estrangeira apesar da fertilidade do solo e da salubridade do clima e de tantas riquezas naturais, pois o imigrante europeu preferia as províncias do sul do império pela semelhança do clima com a Europa e pela riqueza e progresso material do Sul (Marques, 2008, p. 353)*

Em 1889 houve outra proposta de trazer 200 americanos da Filadélfia para a colônia "Nova Polônia", mas com as chuvas os colonos adoeceram e ela ficou reduzida e foi extinta em 1890. Outras tentativas isoladas e menores são citadas por Marques (2008) como a chegada de famílias em 1894 da cidade do Porto em Portugal para a fábrica de tecidos do Rio Anil em São Luís, alguns



poucos Italianos que viviam no Piauí chegaram ao Maranhão para trabalharem em fábricas na cidade de Codó, assim como algumas famílias alemãs chegaram à cidade de Rosário.

Apesar das iniciativas acima citadas a maior predominância da imigração no Estado do Maranhão foi da colônia sírio-libanesa. Os sírios e libaneses não eram operários industriais ou agrícolas, eram, sobretudo comerciantes ambulantes, mascates com liberdades de viajar e vender seus produtos nas diversas cidades. Eram humildes e modestos dando a impressão de inferiores aos demais imigrantes, mas foram acumulando riquezas a ponto de se tornarem, posteriormente, proprietários de usinas de beneficiamento de arroz, de fábricas de tecidos, de óleo e sabão e ainda dominaram o comércio da principal rua da cidade, a Rua Grande.

Desta forma, observamos que a falta de braços e de técnicas colocados por Raimundo Gaioso (1970) permanecem na virada do século, quando o Maranhão não recebeu imigrantes nem novas técnicas agrícolas para o incremento de sua economia e sociedade. Prado Junior (1987) afirma que das transformações ocorridas no século XIX nenhuma contribuiu mais para modificar a fisionomia do país como a revolução que se operou na distribuição das atividades produtivas. Essa revolução foi constituída por dois fatos: um de natureza geográfica, que foi o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do Norte para o Centro Sul e o outro foi a decadência das lavouras tradicionais do Brasil – da cana-de-açúcar, do algodão e do tabaco e o desenvolvimento paralelo da produção de café. O fomento à indústria brasileira data de 1846, e o seu desenvolvimento, afirma Viveiros (1992) se deu entre os anos 1855 a 1895.

Viveiros (1992) enfatiza que o surto industrial de estabelecimentos fabris no Estado no período de 1880 a 1895, logo após a abolição, tentou transformar o Maranhão agrícola em industrial, esgotando todas as possibilidades financeiras. O sonho da industrialização que fez atribuir a São Luís o precoce e frustrado cognome de “*Manchester brasileira*”, durou pouco e *foi levando*, “[...] na torrente de desastrosas falências, a maior parte do parque fabril instalado com muito açodamento nos últimos anos do século XIX” (MORAES, 1987, pag.16). A maioria dos estabelecimentos fabris eram sociedades anônimas (dezessete) e algumas eram particulares (dez) quase todas de fiação e tecelagem de tecido do algodão, mas havia também fábricas de fósforo, chumbo, prego, cerâmica e sabão.



**Figura 5** - Imagens da fábrica Cãnhamo, em São Luis, em 1908



Fonte: Cunha (1987).

Grete Soares Pflueger

Arquitetura do poder no Maranhão:

O Prédio do 24º Batalhão de caçadores, ícone do Art déco na "Era Vargas" em São Luís

## Os Ciclos econômicos do Maranhão

O economista Holanda (2008) explica que o estado do Maranhão passou por quatro importantes ciclos. O primeiro deles foi o ciclo primário exportador do algodão, monopolizado pela Cia Grão-Pará de Comércio, iniciado em 1755 que durou até 1889, seguido da exportação de arroz e couro e depois da cana. A abolição dos escravos foi uma das razões da decadência, somada às mudanças no mercado internacional seguida da desarticulação do sistema agrícola.

O segundo ciclo apresenta o surto de crescimento industrial têxtil entre 1890-1940, na perspectiva de resgatar o algodão no mercado e levantar a economia foi seguido de falências das fábricas. O terceiro ciclo do babaçu no início do século XX foi considerado por Getúlio Vargas a salvação do Maranhão, por ser um produto com 100% de aproveitamento, todavia não alcançou os resultados esperados. É neste ciclo que a arquitetura art déco, da era Vargas e a arquitetura do poder se inserem no contexto urbano.



O quarto ciclo, contemporâneo, diz respeito à integração na economia nacional e à implantação de investimentos públicos e privados no Estado a partir dos anos 1970, através de grandes projetos como a estrada de ferro de Carajás, da Cia Vale do Rio Doce, instalação da Alumar fábrica de alumínio, polo graneleiro na região do baixo Parnaíba e a implantação da soja no sul do Maranhão, na cidade de Balsas e centro de lançamentos de foguetes em Alcântara. Hoje em pleno, século XXI, o Estado do Maranhão ainda enfrenta desafios de superação de seus indicadores econômicos de pobreza e um quinto ciclo deve estar em consolidação com o agronegócio da soja no sul do Estado, a retomada da exploração dos grandes projetos implantados como o centro de lançamento de Alcântara, o turismo ecológico na região dos lençóis maranhenses e o turismo cultural da cidade patrimônio mundial. Valorizando a preservação e reabilitação do patrimônio colonial moderno da capital e do interior do Estado.

### **O Estado do Maranhão do século XX**

A Monarquia legou à república um Maranhão anêmico e cheio de dívidas. Enquanto os Estados do Sul se beneficiavam pelas vias férreas e pela imigração, os Estados do extremo norte não encontravam as mesmas facilidades e investimentos. O mundo enfrentou a primeira Grande Guerra entre 1914-1918 com reflexos na economia mundial dando grande ênfase a industrialização nos ramos da alimentação, veículos motores, farmacêuticos e químicos, com impulso na exploração e aproveitamento do minério brasileiro, centrando no eixo produtivo do País em Minas Gerais e São Paulo onde se situavam todas as subsidiárias das indústrias americanas (PRADO JUNIOR, 1987).

Os investimentos esperados no Estado do Maranhão, como a construção da estrada de ferro São Luís-Teresina, unindo as bacias dos rios Itapecuru e Paraíba e mais a construção de estradas até os vales de Pindaré e Tocantins e o incremento da navegação fluvial nunca chegava e deixava o Estado à margem do desenvolvimento. Exclusão e abandono caracterizavam o começo do século no Estado. A situação financeira e econômica do Estado era precária. A indústria o comércio, a navegação e a agricultura permaneciam sem avanços. A capital, São Luís não dispunha de serviços básicos como esgoto, água, transportes nem saneamento e já havia sido assolada pela peste e pela gripe espanhola.



## **Estado Novo no Maranhão e a Renovação urbana de São Luís na Era Vargas: 1930-1945**

A Ação Integralista Brasileira (AIB) (1933-1937) foi uma organização política que se expandiu no país, embora mais concentrada em regiões do Sul onde a imigração alemã e italiana foi expressiva. A AIB, no entanto, se estendeu também pelas cidades do interior e do Nordeste, que eram maltratadas pela miséria e submetidas aos interesses do poder local e se deixaram seduzir pelas novas fórmulas de catequização política até o seu fechamento em 1937, por Getúlio Vargas. Caldeira (1999) em sua análise sobre a trajetória da ação integralista no estado, explica que no Maranhão, entre 1933 e 1937, o comando político tinha à sua frente lideranças cuja atuação remontava a décadas anteriores, eram chefes políticos fortes, comandantes, e os integralistas aliaram-se a estas forças autoritárias.

Nesta época, o Estado do Maranhão de acordo com Anuário estatístico do Brasil e com os dados coletados na pesquisa em diferentes fontes<sup>2</sup> já havia enfrentado várias epidemias, era deficiente de hospitais e grande parte da população era pobre e vivia no meio rural. Em 1935 o Estado possuía cerca de um milhão de habitantes, sendo que setenta mil habitavam na capital, São Luís. Os principais produtos econômicos eram o algodão e arroz e a atividade fabril contava com quarenta e quatro fábricas.

O Maranhão, neste período, teve nove governadores discricionários. Meireles (1992) afirma que houve momentos de muitas mudanças no governo marcado pela estagnação econômica e desequilíbrio orçamentário. Com a indicação de Vargas, entre os anos de 1930 e 1937 governaram o Maranhão sete interventores, cujos mandatos foram marcados por conflitos políticos. Promulgada a nova constituição a assembleia instalada em 1935 poria fim ao governo de interventores e elegeu de forma indireta o Dr. Aquiles Lisboa (1935-36) e em seguida foi indicado o interventor Paulo Ramos (1936-37).

### **O interventor Paulo Ramos: 1937-1945**

Dentre os representantes de Getúlio Vargas que governaram o Estado do Maranhão destacou-se o interventor Paulo Ramos, que permaneceu no cargo entre 1937 e 1945, como Governador e interventor. Paulo Ramos era maranhense, alto funcionário do Ministério da Fazenda, advogado e homem de confiança do presidente Vargas. Dentre os princípios da administração de Paulo Ramos



observamos o tratamento que pretendia dar sobre os principais e urgentes problemas administrativos do Maranhão e das grandes reformas exigidas pelas novas instituições políticas para compressão nas despesas públicas.

No relatório apresentado pelo interventor Paulo Ramos ao Presidente Getúlio Vargas, Ramos (1936) afirma que quando assumiu o cargo em 1936 encontrou o Estado em condições adversas, além dos efeitos das lutas partidárias, das crises políticas havia os fatores negativos, dentre eles os municípios do sertão estavam abandonados e esquecidos. Ramos (1936) ressalta que no discurso proferido em 1933 por Getúlio Vargas, o presidente afirmava que agora era a *"hora do Maranhão"* e estabeleceu que as prioridades do governo estivessem no desenvolvimento econômico, no equilíbrio financeiro, na solução dos problemas dos transportes, da justiça, instrução, saúde, agricultura, pecuária e segurança pública.

A governança do Estado, conforme Meireles (2001) afirma, estava ligada às classes empresariais e em mãos de figuras exponenciais do Estado, Saturnino Belo e Francisco Aguiar, de firmas exportadoras bancos e fábricas de Sebastião Archer, de Codó, chefe da Companhia Manufatureira Agrícola, e Eugenio de Barros dono da fábrica Sanharó. A produção agroindustrial maranhense do final do século XIX alternava-se em concorrências, sendo superada pelo mercado internacional que era um grande entrave para os focos do progresso de pouca durabilidade, articulado pela transição do escravismo para o assalarialismo, onde o Maranhão gradativamente perdia posições no contexto brasileiro. O declínio da economia maranhense no final do século XIX acarretou em último momento na formação do parque industrial, visto que a aristocracia rural necessitava urgentemente de uma nova atividade que transformasse o panorama da crise ocasionada pela falência em massa dos engenhos e fazendas algodozeiras.

O investimento na transferência de atividade impulsionou um crescimento periódico baseado nas indústrias de pequeno e médio porte voltados para a produção de bens de consumo. A inexistência de um setor agrícola forte, principalmente algodozeiro, assim como a falta de indústria de base, o frequente êxodo rural e a venda de grandes propriedades rurais a preços baixos ocasionou a crise do parque fabril, pois a euforia da indústria, além de passageira, impulsionou o aumento da dependência econômica do Estado, bem como sua decadência frente ao restante do país, pois muitas fábricas, não saíram da planificação deixando, portanto, uma parcela da indústria têxtil como responsável pela manutenção da economia local. Fragilizada a economia fabril, dependia exclusivamente das flutuações do mercado internacional e



das pequenas quedas dos seus concorrentes, por consequência sobrevive até a metade do século XX. É neste contexto, após os ciclos do algodão, do açúcar e do arroz que surge o babaçu como esperança de renascimento da economia maranhense.

No Governo do interventor Paulo Ramos houve uma grande mudança no perfil da capital do Estado, São Luís, entre as décadas de 30 e 40. Este arrojado projeto de acordo com o historiador Meireles (1992), inicialmente foi um plano do conceituado técnico da secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal que o governador Ramos trouxe do Rio de Janeiro. O jovem urbanista era o engenheiro Otacílio Sabóya Ribeiro (1899-1967) que foi prefeito da cidade de São Luís em 1936 e que tinha um plano de transformar a velha capital maranhense de perfil colonial com ruas estreitas em uma cidade de feição moderna, retilínea, com avenidas largas e espaçosas.

O prefeito Otacílio criou uma comissão para elaborar o plano da cidade, integrada por figuras representativas da sociedade com vistas à remodelação da capital, mas não foi bem entendido por alguns setores expressivos da sociedade, sobretudo a Associação comercial que desencadeou contra ele uma campanha difamatória. Diante da apresentação à Câmara dos recursos necessários à obra, que eram superiores a possibilidade do erário, houve uma grande polemica que culminou na exoneração do prefeito do cargo. O urbanista visionário, de acordo com Pflueger (2016) queria modernizar a capital com ideias a frente do seu tempo, não foi compreendido e seu plano registrado no diário oficial foi realizado em parte pelo seu sucessor o Prefeito Pedro Neiva de Santana que administrou São Luís entre 1937 a 1945, até o final do período da gestão do interventor Paulo Ramos. Em sua gestão Santana promoveu obras de relevância urbanística. Saboya Ribeiro ao deixar São Luís, em 1937, ingressou como professor na cadeira de urbanismo da Faculdade Nacional de arquitetura da Universidade do Brasil, onde ocupou o cargo de coordenador do curso de urbanismo e teve uma importante atuação como urbanista em outras capitais brasileiras.

No postal (fig. 6), do acervo do Museu de artes visuais- MAV-MA, podemos observar as imagens das obras de modernização da capital, à época em que Paulo Ramos era interventor. As imagens mostram a convivência da cidade colonial e seus marcos referências com os novos edifícios modernos, que caracterizam São Luís, cidade patrimônio Mundial, inscrita pela Unesco, em 1997, onde o colonial português e as tipologias modernas dialogam no centro histórico. Destacamos no postal, da esquerda para direita, na primeira linha vemos uma



vista de uma barco, contextualizando as embarcações características da ilha de São Luís, seguida do Palácio dos Leões, sede do governo estadual, situado no núcleo fundacional, depois a Catedral da Sé, situada na mesma praça Pedro II, na segunda linha vemos o monumento a Duque de Caxias, situado em frente ao 24 BC, depois a Praça Gonçalves Dias (homenagem ao poeta maranhense), depois a frase Boas festas e Palácio do comércio (hoje Hotel Central), na terceira e última linha vemos o abrigo público moderno recentemente demolido, seguido da Praça Joao Lisboa, coração do centro e o Palácio da educação atual Liceu Maranhense.

**Figura 6** - Postal dos monumentos de São Luis



**Fonte:** Acervo do Museu de Artes Visuais do Maranhão.

Grete Soares Pflueger  
Arquitetura do poder no Maranhão:  
O Prédio do 24º Batalhão de caçadores,  
ícone do Art déco na "Era Vargas" em São Luís

Esta renovação urbana no centro de São Luís feita com muitas demolições na busca pela “imagem moderna da cidade” foi influenciada pelas ideias higienistas das renovações urbanas executadas pelo prefeito Haussmann, de Paris e pelas obras da abertura da avenida central no Rio, na gestão de Pereira Passos, cidade onde o governador Paulo Ramos trabalhava como funcionário do Ministério da Fazenda, antes de assumir o governo do Maranhão.

Hoje as novas estratégias de reabilitação de centros históricos evitam as demolições de estoques urbanos existentes promovendo o aproveitamento e integração dos prédios. A prática da demolição muito comum no início do século tem sido substituída por uma visão da conservação urbana integrada. De

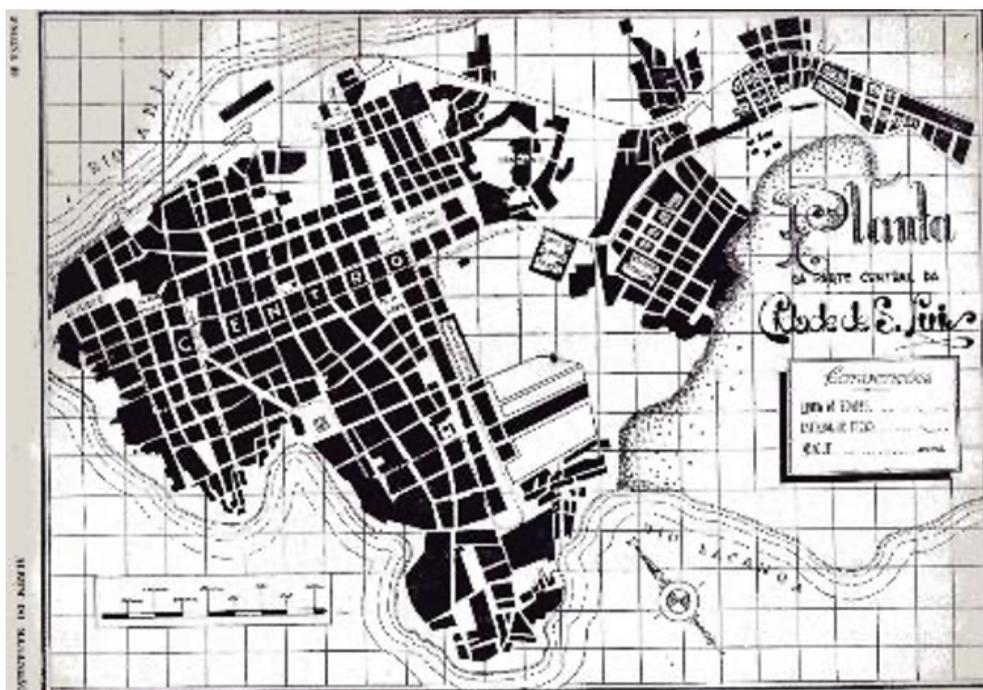


Grete Soares Pflueger  
Arquitetura do poder no Maranhão:  
O Prédio do 24º Batalhão de caçadores,  
ícone do Art déco na “Era Vargas” em São Luís

acordo com a Carta de Lisboa (1995) *renovação urbana* é uma ação que implica na demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e sua consequente substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área.

Em São Luís, uma das principais obras realizadas por Paulo Ramos e Pedro Neiva de Santana foi a abertura da Avenida chamada 10 de novembro que posteriormente faria homenagem a José Maria de Magalhães de Almeida, oficial da Marinha, deputado, Senador e Governador do Estado. As obras promovidas na capital pelo prefeito Neiva de Santana foram a triplicação em largura da Rua do Egito até o largo do Carmo, rumo ao norte até a Avenida Beira Mar e a abertura da Avenida Magalhães de Almeida, rasgada em diagonal conforme podemos observar no destaque no mapa abaixo de 1950.

**Figura 7** - Planta de São Luís em 1950, detalhe da seta vermelha indica a diagonal da abertura da Avenida Magalhães e em azul a avenida Getúlio Vargas.



Fonte: Jorge (1950).

A ligação do centro com os novos bairros seria feita posteriormente pela Avenida Getúlio Vargas, onde exemplares da nova arquitetura como “bangalows” e casario eclético e moderno se mesclariam com a tradicional arquitetura colonial luso brasileiro do centro histórico de São Luís. São Luís vivia a era da



modernização causada pelo advento das indústrias.

A construção da avenida Getúlio Vargas foi um divisor de águas na história da arquitetura e do urbanismo em São Luís, pois foi a primeira avenida moderna com duas inéditas e largas vias para automóveis, canteiros centrais gramados com jardins, e calçadas laterais largas de três metros, ela foi de grande influência, bem como serviu de inspiração para a abertura de outras vias na cidade e no interior do Estado. Ao longo da Avenida Getúlio Vargas, diversos prédios com características modernistas foram construídos, novas linguagens ecléticas e moderna: bangalôs, chalés e residências neoclássicas, evidenciando até os dias atuais, o contraste entre o moderno, o Art decó e o neocolonial, alguns exemplares permaneceram preservados, com sua arquitetura quase intacta e muitos foram descaracterizados e abandonados.

Grete Soares Pflueger  
Arquitetura do poder no Maranhão:  
O Prédio do 24º Batalhão de caçadores,  
ícone do Art déco na “Era Vargas” em São Luís

**Figura 8** - Bangalô da avenida Getúlio Vargas



**Fonte:** Pflueger (2017).

**Figura 9** - Chalé da avenida Getúlio Vargas



**Fonte:** Pflueger (2017).

**Figura 10** - Casa Neocolonial na avenida Getúlio Vargas



**Fonte:** Pflueger (2017).

As construções ao longo da Avenida Getúlio Vargas eram, em sua maioria, residências. Porém, com o passar do tempo, com a modernização da cidade de São Luís, muitas das casas existentes foram modificadas e adaptadas para o comércio, ou para sede de repartições, órgãos públicos e afins, e gradativamente a Avenida Getúlio Vargas perdeu sua característica inicial de via residencial para famílias tradicionais e trabalhadores fabris, e tornou-se uma via comercial e institucional.

No início da década de 40, surgia na avenida um contraste entre a cidade “velha” e a cidade moderna, que era basicamente o contraste entre os antigos (e ainda remanescentes) sítios, os bangalôs, os chalés e os novos edifícios modernos. Além disso, nesse período observa-se também a dualidade caracterizada pela convivência de ricos comerciantes e industriais, com operários das fábricas, funcionários públicos e a população pobre desempregada,



que mantinham a diversidade social do centro antigo, e agora viviam em uma estrutura urbana e padrões arquitetônicos diferenciados. A avenida ganhou construções importantíssimas, como o tradicional Cine Monte Castelo (fig. 13) a Escola Perdigão (fig. 14) e no final dela, como marco da arquitetura do poder foi construído, o quartel do 24 ° BC (fig. 18), a Praça Duque de Caxias (Fig.6) e a Vila Militar (fig.19).

**Figura 11** - Escola Domingos Perdigão



**Fonte:** Pflueger (2015).

**Figura 12** - Cinema monte Castelo



**Fonte:** Pflueger (2015).

### **O 24º Batalhões de Caçadores do Maranhão – ícone da arquitetura do poder**

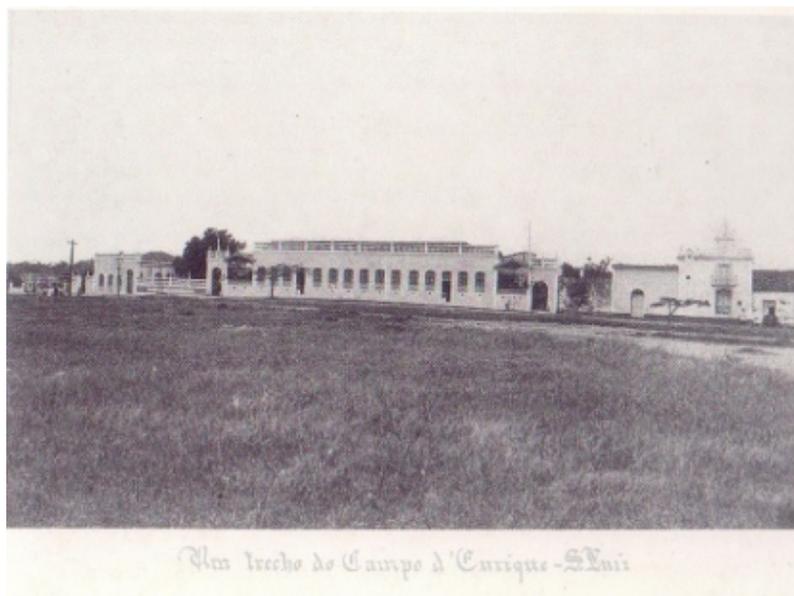
A história do Batalhão de Caçadores ou de infantaria remonta às origens portuguesas da cidade e acompanha o processo de expansão urbana de São

Grete Soares Pflueger  
Arquitetura do poder no Maranhão:  
O Prédio do 24º Batalhão de caçadores,  
ícone do Art déco na “Era Vargas” em São Luís



Luis. Inicialmente localizado no centro histórico da capital, o antigo batalhão de caçadores, que homenageava Duque de Caxias, estava instalado numa grande Praça, hoje denominada Praça Deodoro, que antigamente era chamada de Campo D'ourique, após a demolição do quartel e a construção da nova sede em 1940 ele foi transferido para o bairro do Joao Paulo, área da expansão urbana do século XX.

**Figura 13** - Imagem do antigo quartel do campo D'ourique



**Fonte:** Cunha (1908).

**Figura 14** - Biblioteca Pública Benedito leite



**Fonte:** Postal acervo MHAV- MA

Grete Soares Pflueger  
Arquitetura do poder no Maranhão:  
O Prédio do 24º Batalhão de caçadores,  
ícone do Art déco na “Era Vargas” em São Luís

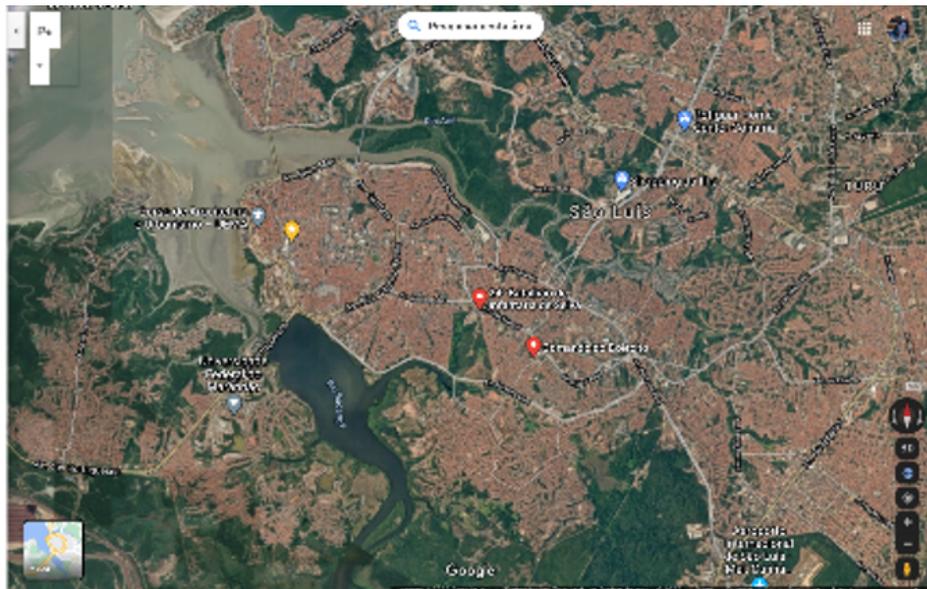


Grete Soares Pflueger  
Arquitetura do poder no Maranhão:  
O Prédio do 24º Batalhão de caçadores,  
ícone do Art déco na “Era Vargas” em São Luís

De acordo com o Guia de São Luís (1998), a primeira sede do quartel estava situada no centro histórico numa área chamado campo D’Ourique, foi demolida e deu lugar a uma grande praça pública hoje conhecida com a praça Deodoro que abriga a Biblioteca pública Benedito leite, construída em 1951 (fig. 16).

A obra da sede atual do quartel do 24º BC foi iniciada em 25 de dezembro de 1937, e sua inauguração foi em 19 de abril de 1941, na intendência do Governador Paulo Ramos. O prédio é um uma edificação de grande porte, inserido dentro do complexo que inclui a praça Duque de Caxias, de 1942, e que se situa em frente e uma vila militar na lateral com um conjunto residencial de casas modernistas. O 24º BC situa-se no eixo de expansão urbana que parte do centro histórico para dentro através da avenida Getúlio Vargas e culmina na avenida Guaxenduba, onde observamos a localização do quartel (fig. 15).

**Figura 15** - Localização do 24º BC



**Fonte:** Google Maps (2020)

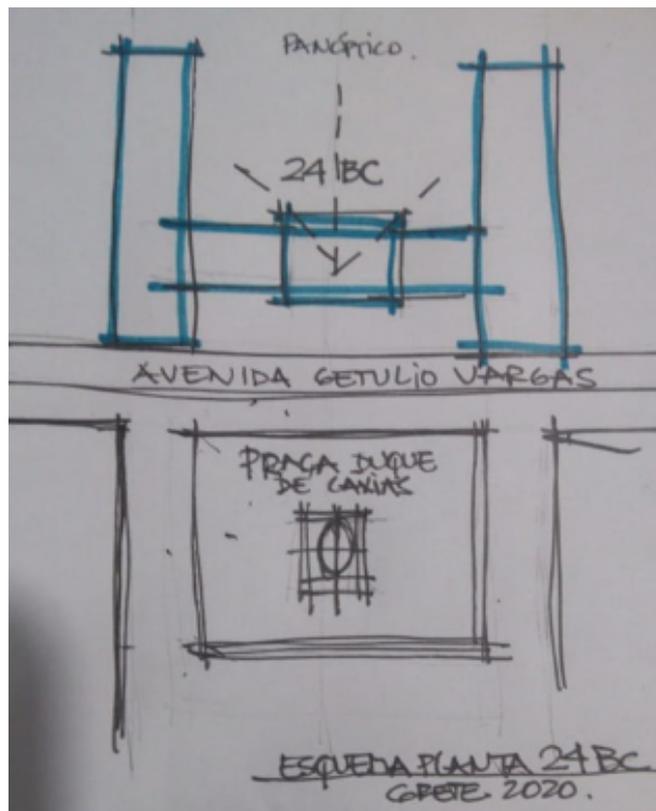
O 24ºBc tem uma estrutura retangular, de aquartelamento com planta em “U”, com dois pavimentos e três pavilhões, setores administrativos, alojamentos das tropas, casinos oficiais e cozinhas. O projeto arquitetônico, de autoria desconhecida, com planta simétrica busca privilegiar uma centralidade para controle do espaço, onde se situa a parte administrativa. O eixo de simetria interligado a praça Duque de Caxias demonstra o urbanismo e arquitetura do poder, característicos de edificios instituições da “Era Vargas”. O complexo,



de desenho clássico retangular, demonstra, de acordo com croqui abaixo, a assimilação das estruturas de controle e poder citadas acima e referenciadas por Foucault (1999) em seus estudos sobre arquitetura militar, confirmando que as estruturas militares sempre se utilizaram para fins de controle em seus projetos, centralizando estruturas de vigilância em seus edifícios. É o que observamos na composição espacial do prédio do 24º batalhão de caçadores de São Luís. A estrutura do projeto demonstra os princípios da existência de um corpo central como elemento para controle e vigilância de toda a área, um ponto central, local do exercício do poder. Infelizmente não obtivemos ainda, ao longo da pesquisa, autorização para levantamento da planta, assim apresentamos um croqui explicativo (fig. 20).

Grete Soares Pflueger  
Arquitetura do poder no Maranhão:  
O Prédio do 24º Batalhão de caçadores,  
ícone do Art déco na “Era Vargas” em São Luís

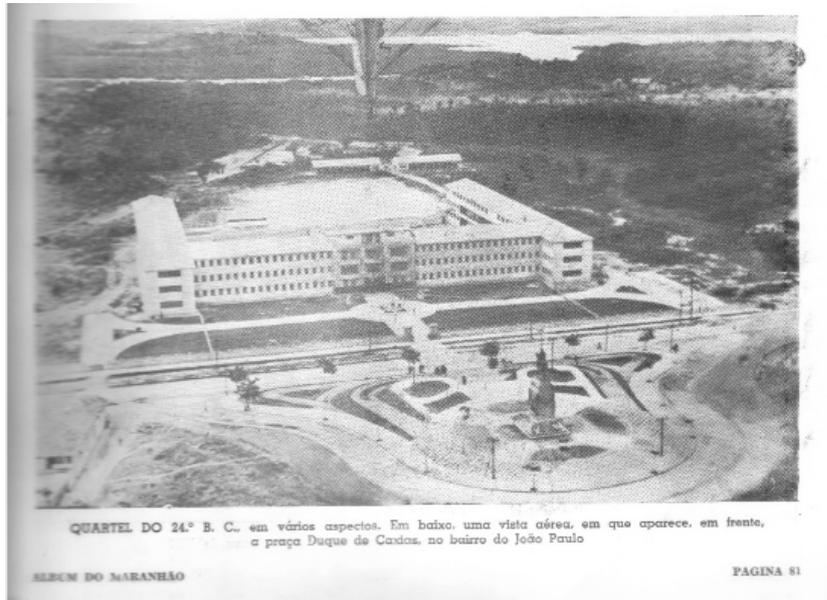
**Figura 16** - Croqui do esquema do projeto arquitetônico do 24º BC



**Fonte:** Croqui elaborado pela autora.



**Figura 17** - Imagem aérea do projeto do 2º4 BC



**Fonte:** Jorge (1950).

O quartel do 24ºBc é um importante Exemplar do Ar Déco, edifício emblemático da Arquitetura do Poder na cidade de São Luis, e foi de grande influência para construções posteriores, como a própria Vila Militar (fig. 19), e vários outros edifícios públicos. Observamos na pesquisa que o acervo da arquitetura institucional art déco e moderna na capital encontra-se em bom estado de conservação em comparação ao acervo particular de residências que sofre maior descaracterização em virtude da especulação imobiliária e de novos usos comerciais emergentes.

**Figura 18** - Foto frontal do 24 BC



**Fonte:** catalogo. Pflueger (2016).

**Figura 19** - Foto lateral do 24 BC



**Fonte:** catalogo. Pflueger (2016).

Grete Soares Pflueger  
Arquitetura do poder no Maranhão:  
O Prédio do 24º Batalhão de caçadores,  
ícone do Art déco na "Era Vargas" em São Luís



Além do quartel, o complexo inclui uma vila Militar de oficiais localizada na Avenida Getúlio Vargas, em uma área fechada com portão e guarita. A Vila militar é um conjunto residencial, para abrigar Subtenentes e Sargentos, as residências ainda se encontram ocupadas por famílias dos oficiais da Vila Militar. A vila foi inspirada nos primeiros conjuntos residências modernistas construídas em São Luís, como o Filipinho com número reduzido de unidades habitacionais, feitos por iniciativa do IAPC – de aposentadoria e pensões dos comerciários do Estado do Maranhão, criado durante a gestão Vargas para financiar a construção de habitação popular. A vila encontra-se em estado de conservação razoável. Apresenta arquitetura simples, com detalhes arquitetônicos modernos.

**Figura 20** - Vila Militar, Avenida Getúlio Vargas.



**Fonte:** Lopes e Pflueger (2008, p. 51).

**Figura 21** - conjunto Filipinho em São Luís



**Fonte:** Gisele Mendes (2018).

Grete Soares Pflueger  
Arquitetura do poder no Maranhão:  
O Prédio do 24º Batalhão de caçadores,  
ícone do Art déco na “Era Vargas” em São Luís



## Conclusão

A arquitetura militar, segundo Foucault (1999) sempre foi pautada pelo controle do espaço e antecedeu os conceitos de vigilância estabelecidos na arquitetura, no século XVIII. Ao longo do século XX, as estruturas militares reproduziram em diferentes linguagens arquitetônicas como a moderna e art déco, esquemas de vigilância e controle. Este é o caso do prédio do 24º BC de Caçadores em São Luís, estrutura idealizada pelo plano de renovação urbana de São Luís, construído na Era Vargas sob a intendência de Paulo Ramos. O 24º Batalhão de Caçadores foi construído no eixo de expansão urbana de São Luís, no final da nova avenida Getúlio Vargas e sua construção influenciou muitos projetos de sedes institucionais em São Luís.

A cidade de São Luís desde o início do século XX, passou, por um processo de abandono seguido do ímpeto da renovação urbana, inspirado pelas reformas urbanas que aconteciam no Governo de Pereira Passos no Rio de Janeiro. Essa renovação foi materializada pelo plano visionário elaborado pelo engenheiro Otacílio Ribeiro Saboia em 1936, que foi executado pelos seus sucessores e realizou mudanças muito significativas no traçado do centro histórico como o alargamento e abertura de novas avenidas, como a avenida Magalhaes de Almeida e Getúlio Vargas. Ao longo destas novas avenidas, novas linguagens arquitetônicas surgiram afirmando o poder das mudanças propostas pela “Era Vargas” no Maranhão, entre 1937-45 na intendência de Paulo Ramos.

O reconhecimento e inscrição pela UNESCO, do centro histórico de São Luís, como patrimônio mundial, devido a permanência e homogeneidade do conjunto da arquitetura e urbanismo colonial luso brasileiro, dos séculos XVIII-XIX, convergiu todos os esforços de pesquisa e catalogação para a proteção deste acervo pelos órgãos federais, estaduais e municipais. Hoje, na perspectiva do século XXI, as pesquisas acadêmicas buscam um novo olhar sobre as diferentes temporalidades da cidade, com ênfase as modernidades e aos estilos arquitetônicos do século XX, valorizando este acervo que se incorporou ao conjunto histórico da arquitetura colonial portuguesa com novos edifícios verticais, sedes de instituições de poder, representativas de uma época, refletindo a expansão urbana da cidade e as influências dos movimentos art déco e moderno na capital do estado do Maranhão.

É de fundamental importância para a valorização e proteção do acervo do século XX em São Luís, destacar as ações de pesquisa, para catalogação dos planos urbanos e dos edifícios icônicos do art déco e do moderno, no âmbito da



Universidade Estadual do Maranhão. As pesquisas tem fornecido importantes subsídios técnicos para as ações dos órgãos de proteção do patrimônio municipal, estadual e federal , na proteção e conhecimento do acervo.

Hoje, no século XXI, as redes interacionais e nacionais de pesquisa que fazemos parte , como a rede Docomomo, dedicada a catalogação da arquitetura moderna; a rede da Amazônia Moderna, que busca catalogar o movimento moderno na região amazônica, que engloba o Maranhão, e o IComos, Conselho internacional de monumentos e sítios históricos ligados a UNESCO estimulam e estabelecem critérios para as pesquisas sobre a arquitetura e urbanismo do século XX, englobando todas as linguagens modernas, na perspectiva de uma valorização, catalogação e documentação deste importante acervo, pouco estudado e sujeito a descaracterização e abandono. Este artigo se insere neste esforço inicial de valorização e catalogação do acervo da arquitetura do poder do século XX em São Luís do Maranhão.

### Referências

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional a ação integralista no Maranhão 1933-1937*. São Paulo: Annablume, 1999.

CARTA de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada. In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE REABILITAÇÃO URBANA, 1., 1995, Lisboa. *Anais [...]*. Lisboa: [s. n.], 1995. Disponível em: <http://194.65.130.238/media/uploads/cc/cartadelisboa1995.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2010.

CUNHA, Gaudêncio. *Álbum São Luís 1908*. Rio de Janeiro: Editora Spala, 1987.

ANDRÉS, Luiz Phelip (coord.). *Centro Histórico São Luís–MA: patrimônio mundial*. São Paulo: Audichroma Editora, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970.

HOLANDA, Felipe de. *A dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos*. São Luís: Cadernos IMESC, 2008.

JORGE, Miécio de Miranda. *Álbum do Maranhão*. São Luís, 1950.

LOPES, Jose Antônio; PFLUEGER, Grete. *Arquitetura do século XX*. In: LOPES,



Jose Antônio (ed.). *São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem*. Sevilla: Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. Bilingüe -81-97.

MARQUES, Cesar Augusto. *Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão*. 3. ed. São Luis: Academia Maranhense de Letras, 2008.

MEIRELES, Mario M. *História do comércio do Maranhão: 1934-1960*. São Luis: Associação Comercial do Maranhão: Lithograf, 1992. v. 4.

MENDES. Giselle Galvão ESTUDO DA ARQUITETURA RESIDENCIAL MODERNISTA: O bairro do Filipino. Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão. Orientadora: Profa. Dra. Grete Soares Pflueger. 2018

MORAES, Jomar. Prefacio. In: CUNHA, Gaudêncio. *Maranhão 1908: álbum de fotografia*. Rio de Janeiro: Spala, 1987.p 11-17

MEIRELES, Mario M. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

PFLUEGER. Grete S . *Catalogo da arquitetura do século XX em São Luís do Maranhão* ed GWARA , pesquisa e apoio FAPEMA- UEMA 2016 .

PFLUEGER, Grete S. Planos urbanos para São Luís no século XX. Diálogo entre as ideias de Ribeiro, Mesquita e Prochinik. I Congresso Ibero-americano de história urbana: Ciudades en el tiempo: infraestructuras, territorios, patrimonio. 23, 24 y 25 de noviembre de 2016. Santiago de Chile

PFLUEGER, Grete. *Redes e ruínas: apogeu e declínio de uma cidade: o caso de Alcântara no Maranhão*. São Luis: EDUEMA, 2018. Livro da tese defendida em 2011 na UFRJ .

Pflueger, Grete Soares. *Redes e ruínas -apogeu e declínio de uma cidade: o caso de Alcântara - Maranhão*/Grete Soares Pflueger. Tese defendida no Rio de Janeiro: UFRJ/PROUB, 2011.

PFLUEGER, Grete; Furtado, Lívia. As imagens do moderno em São Luís pelo álbum de Micio Jorge em 1950. *Revista Amazônia Moderna*, Palmas, v. 1, n. 1, p. 68-83, abr./set. 2017.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.



RAMOS, Paulo Martins de Souza. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas*: Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1936. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. VI 215, 4,9.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 1999.

SEGRE, Roberto. *Ministério da Educação e Saúde: ícone urbano da modernidade brasileira (1935-1945)*. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2013.

TRIBUZI, Bandeira. *Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento*. São Luís: FIPES, 1981.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão: 1896-1934*. São Luis: Lithograf, 1992. v. 3. Reedição fac similar da Associação Comercial do Maranhão.

MACHADO, Roberto. Prefácio. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.p VII-XXIII

### Notas

<sup>1</sup>Professora adjunta IV, do curso de arquitetura e urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento socioespacial e regional da Universidade Estadual do Maranhão. UEMA gretepfl@gmail.com.

<sup>2</sup>Dados do IBGE, coleção da Associação Comercial-História do Comercio, livros raros e jornais da Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís.